

## VISITA DE S. EXA. O PRIMEIRO-MINISTRO, DR. DURÃO BARROSO À SEDE DA LIGA DOS COMBATENTES, 22 de abril de 2004

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, GENERAL

A Liga dos Combatentes tem hoje a honra de receber, na sua sede, V. Ex.<sup>a</sup> Senhor Primeiro Ministro de Portugal acompanhado dos Senhores Ministros mais representativos do Governo e do Conselho de Ministros. É um momento não só honroso mas histórico para uma instituição que, estando a comemorar o seu 80º aniversário, sabe distinguir entre as visitas de cortesia e as presenças importantes, verdadeiramente históricas. Num momento em que se celebra o trigésimo aniversário da democracia em Portugal, escolheu V. Ex.<sup>a</sup> a Liga dos Combatentes para transmitir aos combatentes, informações de elevado significado no âmbito da regulamentação da lei 9/2002. A leitura dos motivos dessa escolha fá-la-ão os combatentes, nas páginas da nossa história quase secular, nas páginas dos valores, da luta e dos objetivos do presente e na certeza da nossa perenidade no futuro.

Neste importante momento para a Liga dos Combatentes e para os combatentes em geral, pressente-se o reconhecimento do Governo de Portugal pela obra insigne desenvolvida por esta instituição ao longo das últimas oito décadas. Promovemos a presença nesta sala não só de elementos de todos os corpos sociais e núcleos da Liga dos Combatentes, mas também dos legítimos representantes e delegações das Associações de Combatentes que mais estudaram, lutaram e se pronunciaram tendo em vista a resolução de um problema que afeta há décadas, os que em missão de soberania se bateram por Portugal, em “perigos e guerras esforçados”, em África, na Ásia e na Oceânia. Sendo Presidente da Liga de Combatentes, há cerca de um ano, é desse período que, sobre o assunto, gostaria de dar testemunho da forma independente que nos caracteriza.

Assistimos, nesse período, da parte do Ministério da Defesa Nacional, nomeadamente do senhor Ministro da Defesa e Secretário de Estado, ao desenvolvimento de ações concretas, de verdadeiro empenhamento, no sentido de criar condições que permitissem a aplicação da lei 9/2002, algumas das quais estão ainda em curso. Assistimos paralelamente, face ao tempo que decorria e à reduzida e contraditória informação que ia surgindo, à instalação, por vezes, de um clima algo preocupante de descrédito, de dúvida e de ansiedade em alguns sectores de vários núcleos e associações de combatentes. Ultimamente, com o assunto em discussão na Assembleia da Republica, o tempo parecia correr a favor dos que viam razão para terem dúvidas quanto à possibilidade de concretização dos objetivos do governo e das justas aspirações dos combatentes, no que se refere à contagem do tempo de serviço no ex-ultramar, para efeitos de reforma.

As dúvidas vieram a dissipar-se com a recente intervenção do Senhor Primeiro Ministro sobre o assunto, confirmando declarações anteriores do senhor Ministro da Defesa. Hoje acreditamos sair daqui com a certeza de uma promessa do governo

cumprida. A complexidade deste problema é facilmente perceptível por qualquer pessoa minimamente atenta, dada a sua dimensão humana, dimensão social e meios financeiros envolvidos. Gostaria de testemunhar à senhora Ministra das Finanças e ao senhor Ministro do Trabalho e Segurança Social o nosso apreço pelo contributo dado para a sua solução.

Senhor Primeiro Ministro

Os sentimentos de regozijo e de satisfação de o termos entre nós, serão com certeza reforçados com os resultados da comunicação de V. Ex.<sup>a</sup>, por que todos ansiamos.